



POSIÇÃO DA FIPA SOBRE O “EXAME DE SAÚDE DA PAC”

O “HEALTH CHECK” NÃO RESOLVE OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA AGRO-ALIMENTAR PORTUGUESA

Com um volume de negócios de 12 300 milhões de euros, a indústria agro-alimentar nacional representa 16% da indústria transformadora e cerca de 7,6% do PIB, sendo responsável por 10 500 empresas e 105 000 postos de trabalho directos, muitos deles em zonas rurais, para os quais não existem outras alternativas.

Por outro lado, como principal cliente da agricultura, é responsável pela formação e melhoria do rendimento das explorações agrícolas e pecuárias, estimulando a sua inovação e competitividade, constituindo, nas suas diferentes Fileiras, um Sector estratégico para o desenvolvimento sustentável da agro-pecuária nacional e decisivo na definição e implementação das políticas públicas, muito em particular o futuro da Política Agrícola Comum.

Nesta perspectiva, enquanto porta-voz da indústria agro-alimentar nacional e estando actualmente em debate as propostas apresentadas pela Comissão Europeia relativas ao “Exame de Saúde da PAC” ou “Health Check”, quer a nível nacional quer no plano europeu, a FIPA considera que limitar a discussão apenas às confederações agrícolas constitui uma visão demasiado redutora da realidade do país, que não se pode limitar aos tradicionais pontos de vista “agrários”, mas que deve assentar na definição de Fileiras, na contratualização entre os agricultores e a Indústria e num modelo de clara vocação agro-alimentar, sobretudo se tivermos em linha de conta que este Health Check pode ser a antevisão da reforma da Política Agrícola Comum pós-2013.

Acesso a matérias-primas de qualidade e a preço competitivos

Como é sabido, os preços de muitas matérias-primas para a indústria, designadamente os cereais, as oleaginosas ou o leite, registaram incrementos significativos desde Outubro de 2006, verificando-se muitos casos de aumentos dramáticos e sem precedentes, com custos de produção superiores aos respectivos preços de venda, como foi o caso de algumas produções pecuárias. Esta conjuntura condicionou o desenvolvimento dos mercados e as perspectivas da oferta e da procura de produtos alimentares, influenciando as expectativas do futuro da PAC, que deve ser cada vez mais orientada para o mercado, para o aumento das produções como resposta ao incremento da procura, designadamente dos cereais direccionados para a indústria da alimentação animal e humana, indo ao encontro das necessidades das diferentes fileiras e dos consumidores.

Para assegurar a competitividade da Indústria no médio/longo prazo, é essencial reorientar o papel da agricultura para a produção de matérias-primas para a alimentação humana e animal. Sendo essa a sua vocação principal, há que assegurar um abastecimento regular, em condições de estabilidade e de segurança, que correspondam às necessidades específicas em termos de critérios de qualidade e a preços competitivos.

Os instrumentos de mercado devem desempenhar um papel importante na prevenção de situações de crise e os mecanismos de gestão – intervenções públicas, armazenagem privada – devem ser mantidos, sobretudo em países deficitários em matérias-primas como o nosso, nomeadamente tendo em vista a constituição de stocks estratégicos e a regulação dos mercados. Outras medidas como a eliminação dos direitos de importação ou dos contingentes tarifários de matérias-primas de base, como os cereais, devem ser avaliadas, de forma a assegurar uma maior fluidez e evitar maiores tensões nos mercados.

Ainda ao nível da disponibilidade de matérias-primas para a alimentação, humana e animal, no âmbito da inovação e novas tecnologias para fazer face aos novos desafios, não vemos no documento da Comissão quaisquer propostas relativas à presença residual de matérias-primas geneticamente modificadas ainda não aprovadas na União Europeia mas autorizadas nos principais países exportadores como são os EUA, Argentina, Brasil, Canadá (LLP – Low Level Presence), pelo que é essencial a definição de um limiar para os novos eventos transgénicos (milho, soja e derivados), tanto mais que a tendência no mercado mundial aponta para o incremento significativo desta tecnologia.

Algumas das propostas da Comissão são bem acolhidas pela indústria agro-alimentar nacional, designadamente as relativas ao fim do set-aside e à eliminação das ajudas às culturas energéticas, claramente incompatíveis com a função essencial da agricultura enquanto produtora de alimentos.

Desligamento das ajudas

O aumento do desligamento das ajudas nos sectores que ainda se encontram abrangidos, poderá levar a um progressivo abandono de produções importantes para a nossa economia, com consequências negativas quer para o ambiente (caso do arroz), quer em termos sociais e de maior dependência externa (prémio ao abate de vitelos, vacas aleitantes e ovinos e caprinos) quer para o território, promovendo a sua desertificação e pondo em causa alguns objectivos associados ao incremento das ajudas para o segundo pilar da PAC (Desenvolvimento Rural), mais ligado à preservação da paisagem e do património ambiental.

Modulação

No âmbito da **modulação**, defendemos que esta seja obrigatória, com taxas mais reduzidas que as propostas pela Comissão, de forma a dotarmos a União Europeia e Portugal de um primeiro pilar suficientemente forte, tendo como objectivo a garantia de um elevado grau de auto-suficiência. Conjugadas com as previstas no artigo 68º – demasiado rígidas e restritivas – receamos que estas medidas possam provocar distorções de mercado e de concorrência entre agricultores e sistemas de produção, correndo o risco de assistirmos a uma renacionalização da PAC, situação que consideramos inaceitável. Com a modulação, canalizam-se verbas para o desenvolvimento rural mas há que rentabilizar os projectos tendo como prioridade a investigação, a inovação, a adopção de novas tecnologias, evitando-se que essas verbas sejam devolvidas a Bruxelas, como infelizmente tem acontecido nos últimos anos.



Investigação, desenvolvimento e inovação

No que respeita aos **novos desafios**, acolhemos favoravelmente os apoios destinados à investigação, desenvolvimento e inovação, aspectos cruciais para que se atinjam os objectivos de sustentabilidade, quer em termos ambientais quer de aumentos de eficiência e de produtividade, devendo evitar-se quaisquer discriminações entre sistemas intensivos e extensivos. Nestes desafios, para além da biotecnologia, deve estimular-se a aposta no sentido do desenvolvimento dos biocombustíveis de segunda geração, que não concorram com a alimentação animal e humana.

Regras para a importação

Uma questão vital que está claramente ausente das propostas da Comissão e que tem de ser amplamente discutida refere-se à aplicação, na importação de produtos agro-alimentares provenientes de países terceiros, das mesmas regras (segurança alimentar, bem-estar animal e humano, ambientais e sociais) exigidas aos operadores europeus, condição essencial para a protecção dos consumidores e para a competitividade do modelo europeu de produção.

Considerações sectoriais

Ao nível do **sector do leite e lacticínios** – um dos mais importantes do tecido agro-industrial nacional – há a considerar o impacto potencialmente negativo para a fileira, decorrente do processo de desligamento das ajudas, que poderá ser ampliado com as crescentes dificuldades associadas ao licenciamento das explorações e com a chamada eco-condicionalidade das ajudas; há a considerar igualmente a conjugação desses factores com outros como o escasso rejuvenescimento do tecido produtivo ou dificuldades na transição geracional e as potenciais instaladas em território nacional.

Não podemos deixar de ter em linha de conta a ultra-periferia dos Açores, a excentricidade geográfica do território continental e o facto de apenas fazer fronteira com Espanha, reconhecidamente um dos países europeus em que se verifica um maior deficit entre os respectivos volumes de leite produzidos e o correspondente consumo, o que tende a ampliar os problemas de abastecimento de matéria-prima para a indústria nacional.

Refira-se ainda que a própria política comunitária para o sector, decidida no quadro da Agenda 2000, e, posteriormente, da reforma intercalar de 2003, contribuiu fortemente para a situação vivida actualmente na fileira do leite, seja pela via do incentivo claro ao abandono da produção, seja pela pressão em relação à não produção de excedentes, seja ainda pelo desincentivo à produção das principais *commodities* do sector.

Deve, assim, pugnar-se pela **manutenção do sistema de quotas leiteiras, mesmo no pós-2015** e independentemente das posições já assumidas pela Comissão Europeia, mantendo a disciplina de produção e beneficiando da estabilidade por ela proporcionada, mas, em simultâneo, mantendo uma visão de futuro, apostando, se possível, na constituição de bolsas de crescimento produtivo, recordando, a propósito, os bons resultados das negociações conduzidas em 1992.

Nesta mesma óptica, deve rejeitar-se, pelos menos em primeira instância, todo o conjunto de medidas ditas de transição, porque a aceitação das mesmas configura, em qualquer circunstância, a aceitação do desmantelamento do sistema de quotas; de qualquer forma, essas medidas – a concretizarem-se – deverão ser implementadas tão próximo quanto possível de 2015 e sempre em crescendo, de forma a prolongar no tempo os efeitos benéficos do sistema de quotas sobre a fileira do leite nacional.

Caso não existam alternativas à efectiva abolição do sistema de quotas, Portugal deve procurar maximizar o seu 'capital de queixa' (aproveitando os próprios estudos de impacto produzidos pela Comissão Europeia) de forma a poder negociar contrapartidas a essa mesma abolição, de que poderão ser exemplo o resgate das quotas leiteiras ou apoios ao desmantelamento de unidades industriais tornadas obsoletas pela ausência de matéria-prima para as abastecer.

Muitas destas preocupações, em especial as relacionadas com o aprovisionamento de matérias-primas, são igualmente sentidas pela **Indústria de Alimentos Compostos para Animais**, que depende em mais de 80 por cento de produtos importados. A alimentação animal representa, em média, 50 por cento dos custos de produção das explorações pecuárias, pelo que o respectivo desenvolvimento sustentável é essencial para assegurar a competitividade da produção animal em Portugal. Por outro lado, as diferentes regras aplicáveis em solo comunitários, mais exigentes do que as que se verificam no caso dos nossos principais parceiros comerciais e desde logo o problema dos OGM e a insistência na política de tolerância zero, são factores que estão a contribuir para o estrangulamento das diferentes fileiras da pecuária nacional, colocando em causa todo o tecido industrial a jusante.

Com a actual conjuntura tornou-se óbvia a vulnerabilidade da União Europeia em relação ao normal abastecimento de **arroz**, deficitária em cerca de 1,0MT (3.º maior importador mundial), devido ao banimento que diversos países grandes exportadores impuseram (Vietname, Índia, Paquistão, etc.) e porque havia falta de arroz na intervenção pública e privada, ou seja, não há stocks de segurança em caso de crise. A intervenção poderá ser a almofada para absorver os choques resultantes, pelo menos enquanto o mercado não consegue reagir e esse hiato corresponde a uma campanha de produção do cereal.

O desligamento total das ajudas ao arroz é bastante prejudicial, pois este não é facilmente substituível por outra cultura, nem poderá ser facilmente implantado noutras locais.

O papel ambiental do arroz é vasto, na protecção de habitats ecológicos, mas também como regulador: térmico; de salinidade dos rios; de infestantes e de problemas de saúde pública; dos aquíferos, pois permite a manutenção de águas no subsolo; na protecção da desertificação dos solos, etc., para além deste papel ambiental, a cultura de arroz em Portugal é maioritariamente feita segundo a Protecção ou Produção Integrada o que lhe confere a classificação de "produto natural". As políticas futuras deverão ter em conta a manutenção de reservas estratégicas alimentares de produtos dos quais é manifestamente deficitária e este é sem dúvida o caso do arroz.

A **Industria de Moagem e Massas Alimentícias** encontra-se hoje fortemente dependente das importações (100 por cento no trigo mole e cerca de 87 por cento no trigo duro). Para este sector, é vital que a agricultura nacional consiga produzir trigos de qualidade e a preços competitivos, ao mesmo tempo que aumenta a sua rentabilidade por hectare, como forma de reduzir a dependência do exterior. Só assim poderá fazer face a um mercado fortemente concorrencial.

Outro aspecto a ter em conta é o apoio ao desenvolvimento da produção de cevada dística no nosso país, relativamente à qual estão a ser construídos projectos estruturantes, e que permitiria dotar a **fileira cervejeira** de auto-suficiência no seu aprovisionamento.

Conclusões gerais

As propostas da Comissão não vêm dar resposta aos grandes desafios que a agricultura e o sector agro-alimentar europeu (e nacional) têm pela frente: maior fluidez do mercado e melhor aproveitamento das oportunidades decorrentes do aumento da procura no mercado mundial. Pretende simplificar-se a PAC e corre-se o risco de a tornarmos mais complexa e burocrática.

Nesta perspectiva, estamos perante um cenário que não responde às necessidades da indústria agro-alimentar, que visa dismantlar a PAC em vez de manter os instrumentos de gestão e de regulação dos mercados e que está longe de reconciliar a agricultura e a agro-indústria com a sociedade. Aposta-se numa política claramente liberal quando, face aos erros do passado e no âmbito da chamada “crise alimentar”, deveríamos apostar numa PAC estabilizada no médio e longo prazo, de forma a rentabilizar os investimentos e a garantir a soberania alimentar europeia, com as mesmas regras do mercado mundial.

Não se prevêem stocks estratégicos e, dentro dos novos desafios, temos a questão da biotecnologia ou o problema de como fazer face à gestão de crises, sejam elas de mercado, climáticas ou decorrentes de doenças animais emergentes.

Deve ser, para além disso, defendido o direito à manutenção de uma estrutura produtiva em território nacional que permita, no mínimo, o abastecimento do nosso mercado, possibilitando, assim, a rentabilização do ‘património’ industrial sectorial e a estrutura humana a ele associada e deve ser defendido o prosseguimento do esforço de consolidação, reforço e redimensionamento do nosso tecido produtivo, apostando na modernização e profissionalização das explorações e no reforço das respectivas competências.

Há, assim, que dar uma outra orientação à actual Política Agrícola na linha do que referimos anteriormente – uma verdadeira Política Alimentar – e esta é uma boa oportunidade para esse debate, mas, igualmente importante, é uma boa oportunidade para preparar o pós-2013. Deve, pois, ser discutido, preparado e implementado um conjunto de medidas de curto/médio prazo que permita quer ao tecido produtivo quer à agro-indústria nacional, preparar-se, redimensionar-se e dar passos seguros visando não perder a batalha da competitividade naquele horizonte temporal.



É com este intuito que o sector agro-industrial nacional, agregado no seio da FIPA, reclama o direito de ser ouvido e de ser levado em linha de conta na definição das posições nacionais em relação ao Health Check da PAC e é também com esta mesma frontalidade que se coloca, numa atitude franca de diálogo, à disposição das autoridades competentes para a troca de posições entendida como conveniente.

FIPA, 18 de Julho 2008

Com os mais respeitosos cumprimentos,

Jorge Tomás Henriques
Presidente da Direcção